

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS – INGLÊS
E RESPECTIVAS LITERATURAS

REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA E SUA INFLUÊNCIA NA
FORMAÇÃO DE LEITORES

Acadêmica: Rosimeire de Fátima Oliveira

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosângela Manhas Mantolvani

JUÍNA/2011

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA -
ISE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS – INGLÊS
E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA E SUA INFLUÊNCIA NA
FORMAÇÃO DE LEITORES**

Acadêmica: Rosimeire de Fátima Oliveira

Orientador: Rosângela Manhas Mantolvani

Trabalho Monográfico
apresentado ao Instituto
Superior de Educação (ISE),
como pré-requisito para
obtenção do título de graduação
Licenciatura .Plena em Letras –
Português – Inglês e suas
Respectivas Literaturas.

**JUÍNA/2011AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO
JURUENA - ISE**

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Francisco Curbelo Bermudez

Prof^a Regiane Esser Cominetti

Prof^a Dr^a Rosangela Manhas Mantolvani

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho acadêmico inicialmente a Deus criador do universo e de todas as maravilhas nele existente, que sempre guiou meus passos, aos meus filhos e esposo, que direta e/ou indiretamente participaram desta minha jornada e com carinho muito especial a todos os colegas e professores, que compartilharam para o desenvolvimento de meus conhecimentos, o qual sem dúvida tem sido uma grande riqueza na minha vida profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido o dom da sabedoria, a força e a disposição para encarar todas as barreiras e conseguir realizar este trabalho com precisão.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Rosângela M. Mantolvani que, com sua competência, auxiliou-me todas as vezes que a procurei.

Agradeço também à colega professora Aneilza Santos Duarte, pelas valiosas orientações que tem me passado.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa surgiu em função da necessidade de esclarecer sobre os principais tipos de leituras que orientam as práticas pedagógicas nas escolas públicas, de modo que possa difundir com clareza tais ações, as quais são imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem de crianças e jovens, assim como a literatura infanto-juvenil que traduz para o mundo da criança as histórias que fazem-no refletirem, recordarem-se de outras histórias que mencionam os questionamentos, os experimentos simbólicos das crianças.

Para Ferreira 1999, ensinar a ler e a escrever continua sendo uma das tarefas mais especialmente escolares. Um grande número de crianças torna-se fracassado já nos primeiros anos da alfabetização. Um dos objetivos mais importantes da alfabetização é ensinar a ler e escrever. Este foi mais um dos motivos que levou-nos a preocupar com a precisão de desenvolver este trabalho de conclusão de curso, o que exigiu muito estudo e pesquisas, e que acreditamos que possa trazer informações valiosas sobre a necessidade de esclarecer os tipos de atividades teóricas e práticas nas unidades escolares, sejam públicas ou privadas. O exercício da leitura integra a inteligência humana. Sendo assim, podemos afirmar que é um processo, neuropsicognitivo que acontecerá em várias etapas de apreensão, de acordo com uma cultura particular.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexão; leitura; leitores.

ABSTRACT

This research grew out of the need to clarify the main types of readings that guide teaching practices in public schools, so that it can spread clearly such actions, which are essential in the process of teaching and learning of children and youth, as well as children's literature that translates to the world of children's stories that make you reflect, to remember other stories that mention the questions, the experiments symbolic of children. In 1999 Smith, teaching reading and writing remains one of the most particular school. A large number of children becomes failed within the first year of literacy. One of the most important goals is to teach literacy to read and write. theoretical activities and practices at schools, whether public. This was another one of the reasons that led us to worry about the accuracy of this work to develop end of course, which required much study and research, and we believe can bring valuable information on the need to clarify the types of or private.. The exercise of reading that integrates human intelligence. Thus, we can say that it is a process; neuropsychicognitive will happen at various faces in a given society a private culture.

KEYWORDS: Reflection, read, readers.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 . GRAMMATISTÉS	19
FIGURA 2. IMPRENSA GUTTEMBERG.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
UM PERCURSO PELA LEITURA	14
A LEITURA DE TIPOS EM LIVROS IMPRESSOS	24
LEITURA DE TEXTOS E ATIVIDADES LÚDICAS	31
3.1. OS DIVERSOS TIPOS DE LEITURA	34
LITERATURA: LEITURA PARA CRIANÇAS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Meu interesse por essa pesquisa aconteceu em função da necessidade de esclarecimento sobre os tipos de leituras que norteiam as práticas pedagógicas nas escolas públicas, de maneira que possa lançar luzes sobre tais ações absolutamente imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem de crianças e jovens, em pleno século XXI, quando as práticas de leitura tomam rumos completamente diferentes e, por que não dizer, opostos, dos que vinham sendo até então traçados pela própria história da leitura ao longo dos milhares de anos.

Para sustentar nosso trabalho e mostrar como os processos de leitura Variaram ao longo do tempo, seja pela forma como a escrita e outros signos apareceram representados em diferentes tempos históricos, seja porque as funções a que a leitura prestou-se nas diversas e diferentes sociedades também foi muito variado, então fizemos um percurso pela história da leitura, a qual acompanhou a escrita, de maneira que vem gerando uma série de tipos diferentes de leitores ao longo de sua própria história.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, procuramos contar a história da leitura, sempre associada ao aparecimento da escrita, seja em sua fase icônica ou simbólica, já tornada signo que representa a língua de um povo ou comunidade.

Depois, procuramos mostrar como a escrita acabou por determinar as formas da leitura, apesar de ter sido inicialmente, produzida em função dela.

No segundo capítulo, procuramos verificar como a leitura aconteceu nos primeiros anos do Brasil colônia, assim como se deu o surgimento dos primeiros leitores modernos, a partir do aparecimento da burguesia industrial, momento em que aparecem também os primeiros leitores de literatura infantil-juvenil.

Essa abordagem nos revela que o leitor que a sociedade capitalista tem em mente é um tipo de leitor que surgiu em meio a esta classe e para atender aos anseios dela mesma, de maneira que está associado às produções de produtos industrializados e, principalmente, ao acesso à produção de livros e materiais publicados por empresas editoriais que influenciam grandemente nos produtos literários que são consumidos por esse público leitor

No terceiro capítulo, verificamos a importância da associação entre a leitura e a escrita produzida na escola pública, de maneira que as preocupações com as produções escritas dos alunos devem necessariamente passar por uma relação estreita com a leitura sobre as temáticas que serão produzidas com significado pelo aluno, o qual se encontra em processo de construção de sentidos.

Para compreender essas relações, apoiamos nossas idéias em Goméz (2009), para quem o processo de aprendizagem já não pode ser considerado como uma ação passiva de recepção, nem o ensinamento como uma simples transmissão de informação. Ao contrário, hoje falamos da aprendizagem interativa, da dimensionalidade do saber, que supõe uma construção ocorrente por intermédio de um processo mental que implica na aquisição de um conhecimento novo.

A aprendizagem será sempre uma reconstrução interna e subjetiva, processada e construída interativamente. É um processo que ocorre durante toda a vida e, em muitos casos, as crianças podem aprender formas de superar suas limitações. Com o suporte adequado, elas podem obter sucesso no aprendizado escolar e também fora da escola.

O caminho que a criança percorre na alfabetização é muito semelhante ao processo de transformação pelo qual a escrita desde a sua invenção. A escrita também é um fator muito importante para a formação de um cidadão crítico e construtivo. Não basta saber ler, é preciso também, saber escrever. Conforme dizeres de Cagliari:

A leitura é realização do objetivo da escrita. Quem escreve, escreve para ser lido. O objetivo da escrita, como já disse inúmeras vezes, é a leitura. Como vimos, o mundo da escrita é complicado e caótico no seu aspecto gráfico, quanto mais se juntarmos a isso o mundo dos significados carregados pela escrita. A leitura vai operar justamente neste universo [...] A leitura é, uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar, decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu. (CAGLIARI, 2009, p. 132-133).

O caminho ideal para uma possível melhoria nos níveis de qualidade de vida são os programas de educação especializada, o desenvolvimento de habilidades adaptativas e a coordenação entre os profissionais, famílias e instituições específicas, além de outros programas criados pelos governos municipais, estaduais e federais, os quais oportunizam as crianças a participarem de atividades lúdicas e atraentes, e ainda realizam neste momento as tarefas escolares enviadas para casa. É importante lembrar que o apoio e o acompanhamento das famílias na vida escolar e pessoal dos filhos são indispensáveis.

Souza & Cunha, 2009, exhibe um breve histórico sobre a leitura e a escrita, tentando apontar ainda as evoluções dessas duas atividades no transcorrer do

tempo e elencando através da pesquisa bibliográfica a importância dessas práticas desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. Para os autores não devemos esquecer-nos das nossas raízes históricas, quando pensamos no ensino aprendizagem da Leitura e da Escrita em nosso país e da herança a nós legada no que tange à formação da nossa cultura.

Segundo Koch (1997), foram construídas no decorrer da história humana três concepções distintas de linguagem, as quais tratamos de reformular, de acordo com nossa capacidade de entendimento:

1. Como forma de representar o mundo que nos circunda, como espelho do mundo e do pensamento humano, uma vez que a linguagem lógica e articulada

funciona entre os humanos e algumas espécies de animais, cuja linguagem só

funciona como ruídos, sons que alertam para perigos ou situações de sobrevivência;

2. Como instrumento, uma tecnologia desenvolvida pelos antigos, que chegou até nós como ferramenta de comunicação;

3. Como símbolo, forma, um meio de ação ou interação entre os homens, as comunidades e os povos de diferentes países, no uso de suas diferentes línguas, as quais expressam sua cultura.

Dentre as três concepções acima mencionadas, a que mais interessa para este trabalho é a terceira, apesar de a primeira e a segunda serem muito

defendidas, atualmente.

A primeira afirma que a linguagem serviria para representar o mundo e a realidade que nos cerca e ainda aquilo que pensamos sobre ela, dessa forma, a

linguagem seria uma espécie de “espelho” por que perpassam nossos pensamentos e os seres vivos ou não os quais nos rodeiam.

A segunda mostra-nos que a linguagem seria centrada apenas na comunicação. A linguagem funcionaria somente para transmitir mensagens, pressupondo, assim, um emissor e um receptor ideal. Apesar de o processo de comunicação e a linguagem não serem tão simples, assim como mostra a Teoria da Comunicação, porque as pessoas, ao falarem não só comunicam o que estão falando, como também agem e reagem através da linguagem, desse modo, podem interromper quem fala e, muitas vezes, também são interrompidas, além de poderem produzir pausas, hesitações e ironias.

Além disso, há de se considerar o lugar de onde as pessoas falam à imagem que elas têm umas das outras, a posição social que elas ocupam e ainda, o que dizem e até o que não dizem. Observando também o contexto sócio-histórico e ideológico no qual esses interlocutores estão inseridos.

Na terceira concepção, percebemos que a linguagem é considerada como resultado da interação entre o enunciador e o enunciatário, quando há um discurso disponível, independente do veículo que o conduza, entre o falante e o ouvinte, nas conversas cotidianas, ou naquelas falas em que há a mediação de aparelhos, entre autor e leitor, prestando-se não só como representação do pensamento, mas também como processo de comunicação, isto é, a linguagem humana constitui peça fundamental para a interação entre os seres humanos.

Assim, vista sob a ótica da interação, a linguagem submete-se ao que Travaglia (1996) denominou “exterioridade” sócio-histórica e ideológica, de maneira que a linguagem seria influenciada pelo contexto linguístico e extralinguístico, pela ideologia e pela História, não só a oficial, mas também a história de cada indivíduo.

UM PERCURSO PELA LEITURA

Souza & Cunha indica em seus trabalhos que, no percurso dos diversos povos pela História, surgiram em diferentes períodos históricos diferentes maneiras de realização de leitura. No entanto, se considerarmos que a leitura propriamente dita não se refere exclusivamente à leitura de textos escritos, mas de todos os textos, sinais e indícios que circundam o ser humano, e, principalmente, a partir do momento em que cada sociedade passou a representar o mundo objetivo (a natureza, seus objetos e fenômenos, a língua e, posteriormente, suas abstrações) de tal maneira que a leitura, neste trabalho, só pode ser vista em função de uma interpretação e avaliação das sensações e emoções que cercam o leitor e o mundo que o circunda, com seus elementos materiais e imateriais, cujo objetivo é a atribuição de sentidos a esses elementos, de tal maneira que cada indivíduo constitua um universo de significados apreendidos e interpretados sob uma ótica que implica tanto as concepções da coletividade quanto as de sua individualidade.

Sob essa perspectiva, para que se possa compreender o universo da leitura, é preciso observar como o ser humano foi capaz de observar e analisar o universo à sua volta desde os primórdios da humanidade, de maneira que ele se revelasse compreensível aos seus sentidos, por isso procurava dar-lhe significação.

Arnold Hauser, em seu livro *História Social da Arte e da Literatura*, revela-nos que os primeiros rudimentos de representação, como os desenhos das cavernas, produzidos há centenas de milhares de anos por nossos ancestrais, não tinham o objetivo, (ainda!) de indicar uma leitura posterior. Eram representações que procuravam mimetizar os acontecimentos passados e futuros, como o ato da caça, em que o desenho e a pintura revelavam uma relação direta entre a intenção do artista e o ato em si mesmo, o qual viria a ser concretizado. Assim, a representação surge com o sentido da magia, cujo artista é também o sacerdote, o elo entre o presente e o futuro.

Com o passar do tempo, essas marcas (pinturas rupestres) podiam ser “lidas” como as “narrativas” do grupo que ocupou aquela caverna, ou aquele local, além de registro do mágico que ali deixou a marca de sua magia.

Assim, ao longo da história, esses registros icônicos (ícones), foram estilizando-se, pouco a pouco, até atingirem o nível das escritas representativas, muitas delas mostravam conjuntos significativos, de tal maneira que expressassem ideias completas. Assim, o mundo era percebido em suas múltiplas relações, em que a natureza humana e sobrevivência ocupavam o centro das preocupações dos homens.

Além dos registros icônicos, o homem sempre leu o mundo através dos indícios ou marcas que indicavam que um acontecimento, objeto ou fato existia ou ocorria. Por exemplo, as marcas de patas de leão no chão, indicavam que um desses animais estaria há alguma distância daquele local. Assim também o cheiro de certos frutos ou a cor indicavam se poderiam ou não ser comidos.

As narrativas que se tinha do mundo e do valor das coisas eram contadas pelos sábios dos grupos a toda comunidade, que procedia a uma leitura dos valores do grupo, com um caráter fortemente didático e pedagogizante.

Nas sociedades gentílicas, o ato de contar os mitos que explicavam os fenômenos da humanidade, como o nascimento, a morte, a força, a sabedoria, etc., ou os fenômenos da natureza, como as secas, as boas e más colheitas, os tufões, as ações vulcânicas ou tectônicas, entre outros, tornam-se com o passar do tempo um conhecimento acumulado que gera leituras e interpretações das próprias histórias orais. Essas leituras de leituras, em forma de oralidade, são as interpretações de signos usados para representar o mundo, em que a força da mitologia, do magia e do sagrado se fundem, oferecendo um caráter místico às interpretações do mundo e da comunidade, bem como dos próprios homens.

O surgimento da escrita entre algumas sociedades da Antiguidade levam a crer que essas epopeias, contos, fábulas e outros tipos de registros orais é que foram formalizados em forma de representação escrita. A partir de então, o homem que sabia interpretar esses códigos passa a ler o mundo através de registros em que signos substituem os antigos ícones.

De acordo com Souza e Cunha (2009), a escrita como representação e registro teria aparecido pela primeira vez na Suméria, em torno do ano 3.100 a.C., ou seja, há mais cinco mil e cem anos. Essa escrita ficou conhecida como escrita cuneiforme suméria, constituída por pictogramas com tendências estilizantes. O território em que viveram os sumérios tinha como espaço de ocupação o lugar onde fica hoje o Irã e também o Iraque, em uma região conhecida como Mesopotâmia, localizada entre os rios Tigres e Eufrates.

A escrita destes povos que viviam na Mesopotâmia (Sumérios, Babilônios, Cassitas, Assírios, Persas e Gregos, entre outros), passa por uma série de transformações, sendo composta por Ideogramas (representavam idéias), Logogramas (representavam palavras) e Silabogramas (vogais, consoantes + vogais, Vogais + Consoantes, Consoantes + vogais + consoantes). Os logogramas eram acompanhados de determinativos e complementos fonéticos que ajudavam a identificar a classe ou natureza da palavra.

Os sumérios aproveitavam o excesso de água da região para produzir um suporte diferenciado para suas escritas, ou seja, um tipo de almofada feita de barro para registrar o que consideravam necessário. É muito possível que a necessidade de registro tenha sido proveniente da necessidade de contar os produtos da agricultura e da pecuária e, posteriormente, tenham sido usados para o registro de abstrações, como as narrativas e outras idéias que andavam apenas nas mentes e nas bocas dos homens daquele tempo.

Com o passar do tempo, foram aperfeiçoadas as técnicas e surgiram outras fontes que também foram muito exploradas como a madeira, o metal, as pedras dos monumentos, as peles de animais que foram usadas para registrar as escritas que eram lidas posteriormente, é claro, até a descoberta do papiro. Graças ao desenvolvimento da tecnologia, hoje temos papéis e formas de registro muito mais sofisticadas. Não se pode afirmar com certeza que todos os sumérios sabiam interpretar os registros que eram realizados nas lâminas de argila que produziam, porém, é certo que havia grupos determinados que processavam esses registros, bem como sua leitura.

Os persas apropriaram-se dessa escrita suméria e transformaram-na em um código com 36 silabogramas, utilizando combinações de vogais e

consoantes + vogais, aos quais juntaram logogramas, além de números e determinativos, criando uma nova escrita. Esta, foi substituída pelo aramaico.

A escrita dos egípcios, as quais procuravam representar suas leituras de mundo, também passou pela fase do Hieroglifo (eram sagrados e possuíam poderes mágicos, segundo seus cultores, sendo desenhada com riqueza de pormenores), sendo seguido pela escrita Hierática (utilizada pelos escribas em suas tarefas administrativas),

Entre os egípcios, somente os escribas, oriundos de famílias ricas e poderosas, é que faziam a leitura das escritas, enquanto os escritos sagrados ficavam sob o domínio dos sacerdotes e dos faraós. Essas leituras eram relativas a documentos do Estado e de cunho religioso, mágico e, ainda, de registros científicos, como o livro de Medicina deixado por Cleópatra, por exemplo, para ser lido por seus sucessores.

Desta forma, o uso da leitura e também da escrita alastrou-se pelo mundo, porém nem todas as sociedades e, principalmente, nem toda classe social, ou casta de homens, dela fizeram uso ou tiveram conhecimento, surgindo, em certos grupos ou sociedades diferentes, muitas mudanças no sistema da escrita, tanto que vários e diferentes modelos foram criados.

Para melhor representar a escrita cada nação criava os seus próprios símbolos gráficos e os seus próprios usos para registrarem suas necessidades de contagem, de histórias, suas línguas, suas artes e seus saberes de maneira geral.

Deste modo, surgiram alguns dos mais conhecidos sistemas de escrita. Alguns estudiosos acham que a escrita também tenha surgido de forma independente em outras partes do mundo como na China, por volta de 1.300 a. C., na América Central, entre os Maias, cuja história se conhece muito pouco e grande parte da escrita ainda não foi decifrada, e no Egito por volta de 3.000 a. C., teoria certamente mais provável. Os demais sistemas de escritas são derivados destes quatro, sobretudo do Sumérico.

A escrita foi utilizada em seus primórdios, principalmente, para fins contábeis, desse modo, as primeiras manifestações escritas, mesclavam números e desenhos de animais e objetos que serviam para contar alguma história, ou a contabilidade dos clãs (ovelhas, sacos de grãos, quantidade de

frutas, etc.). No entanto, em três mil antes de Cristo, a escrita já registra textos literários e pedagógicos e, ainda textos gramaticais.

Por isso, a escrita difere do desenho. Quando um desenho deixa de representar um objeto do mundo e passa a representar uma palavra de uma língua, este deixa de ser um simples desenho e passa a representar a escrita. No entanto, segundo Peirce (1990), as possibilidades de interpretação e, portanto, de leitura, acontecem tanto em relação ao ícone quanto ao símbolo.

Sabemos que os sistemas de escritas começaram com caracteres na forma de desenhos de objetos que representavam palavras, mas esse sistema logo se esgotou diante da necessidade das pessoas se expressarem; como na hora de escrever o nome de alguém, não bastava mais desenhar um homem ou uma mulher; se alguém se chamasse Pena, bastava acrescentar ao desenho do homem uma pena, mas se alguém se chamasse João, que desenho poderia ser feito?

Diante das necessidades de representação gráfica humanas, os sistemas de escrita começaram a representar os sons das palavras e não mais as ideias. A princípio parecia fácil, porque para escrever irmão, por exemplo, traçava-se o desenho de duas pernas que significavam “ir” e o desenho de uma mão que completava a mensagem, mas apareceram situações diferentes que necessitavam de esclarecimento.

De qualquer maneira, é importante perceber que a leitura do mundo realizada pelo homem é que deu origem à escrita. E, por outro lado, a convenção entre os sinais gráficos e o sistema conceitual, comum a uma comunidade é que permite a leitura tanto dos ícones, quanto dos índices e, principalmente, dos símbolos, dos quais se destacam os signos linguísticos.

Sob essa perspectiva, o arranjo da escrita pelos gregos, como uma escrita alfabética tem suas origens em um sistema anterior que já trabalhava com vogais e consoantes.

A leitura de peças gregas eram realizadas por coros que as faziam em praça pública, de maneira que acredita-se que mais de uma classe, além da dirigente, tivesse acesso à leitura e à escrita na Grécia democrática.

Não se pode compreender o sentido de Paideia (de paidos – criança), que significava criação dos meninos, com o sentido de educação. O sentido que exprime o ideal educativo grego é o de Arete, entendido como um ideal próprio da nobreza, cujo conjunto de ideais físicos, espirituais e morais incluíam a bravura, a coragem, a força, as habilidades e agilidades físicas, a eloquência, a capacidade de persuadir pelas palavras e ações e a heroicidade, resultado de todos esses atributos em conjunto.

A leitura, no entanto, teria seu auge durante a Kaloskagathia (beleza + bondade), implicando em ginástica para o desenvolvimento do corpo e leitura e música para o aprimoramento do espírito. Este programa era completado pelo estudo da gramática.

A Paidéia – originalmente instituída no século V a C. pretende uma formação geral, construindo o homem tanto como indivíduo quanto como cidadão.

Na Paidéia, a literatura, e, assim, a leitura, estava entre as palavras educação, tradição e civilização. Essa educação e, portanto a leitura era oferecida somente aos meninos e aos perfeitos. A figura dos grammatistés (professores de gramática) surge com o objetivo de ensiná-los a ler e a escrever. Contratados e pagos pelas famílias, a educação, e, assim, a leitura, estava diretamente associada às condições econômicas de cada um. Os mais ricos tinham um escravo à sua disposição que os acompanhava nas lições – o pedagogo.

Conforme Castle (1962, p. 65), a descrição da função de pedagogo pode ser resumida da seguinte forma:

Mal o dia surgia, o rapaz acordava e o pedagogo, com sua lanterna, o ajudava a lavar-se e a vestir-se. Após a refeição da manhã, o pedagogo acompanhava o rapaz à palestra, onde ia aprender música e ginástica. Depois de um banho, o rapaz regressava à sua casa para almoçar. À tarde, regressava novamente à palestra para ter lições de leitura e escrita. De regresso à casa, sempre acompanhado pelo pedagogo, o rapaz estudava suas lições, fazia os trabalhos de casa, jantava e ia deitar-se. Não existiam fins de semana, nem férias, exceto os freqüentes dias de festivais religiosos ou cívicos, que constituíam bons dias de descanso para os jovens gregos.”(CASTLE, 1962, p. 65)

Desse tipo de escrita, origina-se a escrita da língua do Império Romano, ou seja, o latim, cuja expansão levaria à sua divulgação por toda a Ibéria, resultando nas línguas romance, as quais passariam mais tarde ao registro escrito, também.



Figura 1. Grécia séc. V a C. Grammatistés

Em Roma, a situação da leitura e da escrita não é diferente de outras sociedades, uma vez que a educação romana não ensinava leitura e escrita em suas escolas, mas as artes da sobrevivência e da guerra. Somente após a conquista da Grécia e a apropriação da cultura helenística é que os romanos dedicaram-se às artes, incluindo a leitura e a escrita.

A educação da Roma arcaica teve caráter prático, familiar e civil. As mulheres eram valorizadas como mães de famílias, consideradas como as responsáveis pela educação dos filhos.

Após a conquista da Grécia, a educação romana incluiria em seus currículos educacionais os estudos clássicos, incluindo as artes, entre elas a literatura, e, portanto, a leitura, entre a formação de cidadãos romanos. Os conquistados, porém, que integravam o Império, mas não tinham privilégios, e as baixas classes de Roma não sabiam ler ou escrever. Essas tecnologias ainda eram destinadas às elites e às classes abastadas., ou seja, aos patrícios.

Segundo Cagliari (2004), a história da escrita vista em sua plenitude, sem seguir certa teoria de evolução ao longo do tempo, caracterizava-se em três fases distintas: a pictórica a ideográfica e a alfabética.

A fase pictográfica se distingue da escrita, porque era expressa através de desenhos ou pictogramas, os quais apareciam em inscrições antigas. Por isso, encontramos formas de escrita muito mais sofisticadas nos cantos de Ojibwa da América do Norte, na escrita Asteca, principalmente, no catecismo, e atualmente nas histórias em quadrinhos.

Os pictogramas estão associados a uma imagem do que se quer representar e não ao som, dessa forma, consistem em representações gráficas menos elaboradas dos objetos, cuja função seria representar a realidade.

A fase ideográfica caracteriza-se pela escrita representada através de desenhos especiais chamados ideogramas. Dentre as principais escritas ideográficas, as mais importantes são a egípcia, conhecida também com o nome de hieróglifo, a escrita mesopotâmica, a suméria, as escritas do Mar Egeu; por exemplo; a cretense, e a chinesa, que provêm da japonesa. Por isso, o uso de letras vem caracterizar a fase alfabética que se originou dos ideogramas e perderam seus valores ideográficos, assumindo nova função na escrita; a função fonográfica. O ideograma perde o valor pictórico e passa a ser uma representação fonética. Dentre os mais importantes estão o indiano e o greco-latino.

Para Cagliari (1995) o sistema alfabético passou por inúmeras transformações até se tornar o que conhecemos hoje.

Nesse sentido, os fenícios aproveitaram os sinais da escrita egípcia e realizaram um inventário de caracteres, cada inventário descrevia um som consonantal; as vogais não tinham importância, cada palavra era facilmente reconhecida somente pelas consoantes.

Por isso, até hoje, essas características permanecem no sistema de escrita do árabe e do hebraico. Já os gregos usaram o sistema de escrita dos fenícios e fizeram uma adaptação, a ele adicionaram as vogais, relevantes na formação e no uso do reconhecimento das palavras.

Nesse aspecto, aos gregos devemos o privilégio da invenção da escrita alfabética, contendo; nesse sistema, vogais e consoantes. Dessa forma, a escrita alfabética possui menor número de símbolos e, por isso, favorece maior possibilidade combinatória de caracteres gráficos.

Nesse contexto, a escrita grega também foi incorporada e adaptada pelos romanos, sofrendo variações, dessa forma, formou o sistema greco-latino, originando, assim, o nosso alfabeto.

Sendo assim, o sistema de escrita apresenta algumas formalizações: escrevemos de cima para baixo e da esquerda para a direita, embora isto seja muito comum entre vários sistemas de escrita, nem todos são assim, como por exemplo: os chineses e os japoneses escrevem da direita para esquerda em colunas verticais, os árabes escrevem da direita para a esquerda, em linhas de cima para baixo.

Desta forma, o grego antigo tinha um sistema de escrita chamado brustrofédon. Neste sistema, começava-se a escrever numa linha em cima à direita e ia-se até o final dessa linha, todavia, na linha seguinte; invertia-se a direção das letras. Dessa maneira, a terceira linha era semelhante à primeira e, assim por diante.

A formação de línguas romance em toda a Europa modificaria a língua originalmente clássica usada pelos romanos, bem assim como a Igreja que passa a usar o Latim cristão, uma mescla de latim vulgar e termos retirados ao grego clássico e outras línguas para construir um vocabulário próprio. Esse latim possui registros escritos e sua leitura era processada nas reuniões dos primitivos cristãos.

Durante a Idade Medieval, os mosteiros e Igrejas tornaram-se os únicos lugares em que se preservava a prática da leitura, além da escrita e o cultivo de outras ciências, bem como neles se abrigavam as escolas e bibliotecas da época. A leitura ficou institucionalizada e limitada às produções da Igreja, de maneira que um e outro feudo ainda tinha um nobre que sabia ler ou escrever e, ainda assim, o ensino da leitura era ministrado por um homem da Igreja. Também os textos da antiga herança greco-romana foram guardados pela Igreja, de maneira que os que sobreviveram chegaram até os nossos dias.

Na Alta Idade Média, quando a educação entrou em crise, somente o clero detinha o controle sobre a leitura dos documentos da Igreja, bem como sobre os livros sagrados, enquanto os copistas tratavam de copiar e manter os documentos escritos e um e outro livro que herdaram de antigas civilizações como a Grega e a Romana.

Restrita a uma minoria, a escrita, e assim também, a leitura tomou ares de coisa sagrada, de maneira que o que estava escrito não se contestava, uma vez que dentro da própria Igreja havia muitos homens analfabetos. Essa situação dura até o século XI, quando principiam a aparecer os mercadores e os burgos, quando então o poder financeiro ultrapassa tantos os muros dos conventos quanto as muralhas dos castelos feudais.

Assim, a escrita e a leitura passaram a fazer parte do universo dos comerciantes que, no século XIV já dominavam grande parte do Mediterrâneo e, a partir do século XV produziram capital suficiente para alicerçar a Revolução Industrial que viria dois séculos e meio depois.

Durante os séculos XV e XVI, o domínio da Escolástica, a escola da Igreja ainda determinava boa parte da educação e, portanto, a leitura dos clássicos da Igreja ainda era muito pronunciada, mas nesse mesmo período acontece o florescimento do Humanismo e do Classicismo, de maneira que as leituras dos clássicos gregos e romanos vêm com toda a força à porta dos homens laicos. A Reforma religiosa acontecida no século XVI também contribuiu para a disseminação da leitura de escritos laicos, bem como da produção de outros escritos que não possuem teor religioso.

A LEITURA DE TIPOS EM LIVROS IMPRESSOS

O advento da Imprensa, no século XV, facilita o acesso de classes não tão ricas aos livros que, até então, eram tão caros que só podiam ser comprados por nobres e príncipes.



Figura 2.

Imprensa Guttenberg

A partir de Guttenberg e da instalação de mais de setenta prensas na Itália, os livros passaram a ser impressos em grandes quantidades, surgindo um tipo de leitor que ainda não se conhecia: o leitor introspectivo. Esse leitor que lia somente para si mesmo fazia parte de uma elite, porém já não se restringia à nobreza ou à Igreja. A divulgação de livros na Europa chegaria finalmente, à classe média, burguesa e mercadora que surgia ao final do século XV.

Nesse mesmo ano, as terras onde viria a ser o Brasil foram encontradas e uma sociedade ágrafa e potencialmente leitora, a dos portugueses, encontrou-se com um povo ágrafa, que lia apenas os ícones e índices do mundo que os circundava.

Assim, as primeiras leituras sobre o Brasil não foram feitas por Brasileiros, mas fomos “lidos” pelos portugueses que aqui chegaram. Assim, a carta ao rei de Portugal certamente foi lida e relida. Sabe-se que naquele momento histórico somente alguns homens sabiam ler e escrever, sendo esta arte uma profissão: eram os escrivães.

No caso do Brasil, seu primeiro escrivão foi Pero Vaz de Caminha, quem escreveu e “leu” as primeiras descrições sobre a Terra encontrada.

Os próximos a registrarem em língua portuguesa, ainda um pouco arcaica, os dados sobre o povo e sobre a terra foram homens que sabiam ler e escrever: historiadores e jesuítas, os homens ligados a instituições sociais. Assim, observam-se que o ato de ler não era comum entre os plebeus, como os marinheiros que aqui vieram na esquadra, sendo ainda um privilégio de certas classes e profissionais qualificados. E assim continuou durante muitos séculos.

Por isso, no Brasil-Colônia, o exercício do ato de ler, era permitida a poucos: aos portugueses que aqui aportaram aos senhores de engenho e a seus filhos, ou às pessoas ligadas administração da colônia; aos jesuítas e ao clero. Quanto às outras pessoas que moravam no território colonial, esse direito não lhes era garantido, ou seja, o direito de ler e de escrever, dentre outros.

Privilegiava-se, assim, uma suposta raça superior, ou melhor, os “descobridores e benfeitores”, por isso o que servia de manual de leitura e de escrita eram textos autobiografados, relatos de viajantes, textos escritos manualmente como algumas cartas familiares e alguns documentos feitos em cartório: certidão de casamento, de nascimento e alguns títulos de propriedades.

De acordo com o contexto de escassez de recursos, havia pouco material de leitura e escrita naquela época e ainda esse material era destinado a poucos que gozavam de uma excelente posição social, como os portugueses que aqui chegavam e os seus parentes. Aos escravos e aos empregados não lhes era garantido o direito de ler e escrever.

Tratando especificamente da história da Leitura que se inicia com muito discernimento, só aos senhores mais importantes e seus filhos era garantido esse direito, enquanto aos demais esses direitos eram “embargados”, pela “dominação da raça” como descobridora e benévola, continuando deste modo por um extenso tempo. Escravos e mulheres não possuíam esse direito, com exceção de algumas mulheres que faziam parte da nobreza.

Até metade do século XIX, praticamente não existiam livros. O que serviam como manuais de leitura nas escolas eram relatos de viajantes, textos escritos manualmente, como cartas, documentos de cartório, entre outros. Desta maneira que a primeira constituição do império, de 1.827, especifica sobre a instrução pública, o código criminal e a bíblia, que também serviam como manuais de leitura nas raras escolas que existiam.

Naquela época, não existiam as escolas primárias, pois os escravos eram excluídos e, às mulheres era dada uma espécie de educação conhecida apenas por instrução básica, para saberem lidar com os afazeres domésticos.

Durante a colonização, as práticas escolares eram feitas nos engenhos e nos núcleos das fazendas por capelães, padres e mestres-escolas que eram contratados para esta finalidade. Essa afirmativa é confirmada por Bastos (1982, p.92):

De 1800 a 1807 o Brasil mudou pouco em vários setores e, no ensino, nós continuávamos a trabalhar com a gramática de Reis Lobato, imposta por D. José I, rei de Portugal, que a exigiu não só na metrópole, mas em todas as suas colônias. A partir de 1808, começaram mudanças que se tornaram contínuas até praticamente o fim do século. Nesse ano, a coroa portuguesa mudou-se para o Brasil, para fugir da perseguição dos franceses comandada por Napoleão Bonaparte. Tal fato aparentemente comum trouxe modificações para a língua falada no Brasil e, também, trouxe à tona o significado de nacionalidade e de independência. (BASTOS, 1992, p.92, apud. SOUZA & CUNHA, 2009).

Ainda em Souza & Cunha, 2009, relata que com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos, ocorreram transformações significativas nas relações sociais econômicas e culturais, surgindo a necessidade da instrução para a capacitação da força de trabalho, pois o mundo passava por transformações.

Na Europa as mudanças sociais e políticas, levaram a burguesia a alcançar o poder na França, na Áustria, Rússia, Prússia e, quase ao mesmo tempo, aconteceu a revolução Industrial da Inglaterra. O mundo inteiro passava por profundas mudanças, tanto na sociedade quanto nas ideias. Os homens modificaram suas opiniões, tornaram-se mais sonhadores, subjetivistas, individualistas e narcisistas.

O Brasil não ficou isento a essas alterações, apesar do processo ter sido mais lento, mas o interessante é que a sociedade se transformou e a nobreza e o clero passaram a exercer cada vez menos influência sobre o povo.

Durante todo o século XVI e o XVII, somente os filhos das famílias mais abastadas é que aprendiam a ler, uma vez que se tratava de uma educação particular e cara, permitida somente aos que tinham “dom” para aprender e também tinham dinheiro para pagar o gramático ou o mestre.

Assim, a partir da vinda da família real ao Brasil e a autorização para o funcionamento da Imprensa Régia, muitos se interessaram em aprender a ler, uma vez que as leituras, ensinadas à base de palmatórias eram ministradas pelos Homens da Igreja ou por licenciados que dispunham de algum tempo livre, pagos pelas famílias mais abastadas. A leitura, assim, ficava confinada às classes altas.

Por meio da leitura e da escrita, os filhos das famílias que possuíam terras e escravos podiam manter os privilégios, ocupar os cargos públicos, os quais exigiam escolarização, salvo raras exceções que se opunham aos governos ou à Igreja.

Certamente que os próximos séculos não foram diferentes no Brasil, de maneira que o ato de ler ficou confinado às classes altas e à classe média, ou seja, o burguês médio e, ainda, a um e outro pequeno burguês. O acesso à leitura, como instrumento funcional, realmente, só veio com o advento da Lei 5692/73, a qual abriu as portas das escolas públicas aos pobres. No entanto, abriu as portas, mas não havia vagas.

A leitura, em pleno século XX era necessária para atender às exigências da indústria, que precisava de mão de obra mais tecnológica nas indústrias dos grandes centros do sudeste e do sul do Brasil. No entanto, a funcionalidade da leitura não havia sido atingida nem muitos anos depois.

Muitos alunos sabiam ler, mas eram apenas decodificadores, dados que foram constatados por diversas pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990. Os leitores liam, mas não sabiam explicar o que estavam lendo. Ou seja, liam, mas não entendiam. Foram denominados “analfabetos funcionais”.

Surgiu, então, em pleno final da década de 1990, o conceito de Letramento, de Magda Soares, o qual não limitava o ensino da leitura e da escrita à Alfabetização, mas a um longo processo, cujo objetivo final seria o Letramento.

Para conseguir os resultados propostos pelos governos democráticos que se organizaram nas últimas décadas no Brasil, foi preciso trabalhar algumas questões.

Entre os principais pontos de discussão em torno da Leitura, os que mais incomodam os teóricos e tem sido pouco valorizados por aqueles diretamente relacionados à prática da leitura, parecem girar em torno de questões que precisam ser urgentemente percebidas e, principalmente, compreendidas pelos educadores, com a finalidade de produzir tanto bons leitores quanto bons produtores de textos.

Destacamos algumas das mais importantes questões que suportam os processos de leitura de jovens e crianças:

1. Perceber que a leitura se processa em função de algo que foi produzido por alguém e, desta maneira, só é possível que um texto seja lido em relação a esse produtor do texto, de maneira que a leitura deve ser trabalhada e não só ensinada;

2. Ao ler algo, é preciso perceber que o que se busca não é somente a decodificação dos sinais ou signos quaisquer que organizem o texto a ser lido, mas a apreensão dos significados ou sentidos do texto, os quais o leitor procura processar com o objetivo de atribuir-lhes os próprios significados. Dessa maneira, a recepção de um texto é, também, um processo de construção realizado pelo leitor no momento em que ele o põe em movimento, interpretando seus sentidos;

3. O processo de construção de significados pelo leitor está diretamente relacionado com a sua história individual, uma vez que a leitura e sua interpretação exigem que o leitor coloque em movimento todo o seu conhecimento de mundo para que possa compreender os sentidos do texto de maneira integral, interagindo com as idéias do autor ou contestando-as em seu processo de interpretação;

4. O leitor de um texto qualquer, explícito sob qualquer código, encontra-se atrelado ao sistema ideológico que lhe é dominante, de maneira que espera-se dele, em diferentes momentos históricos certo tipo de desempenho que satisfaça às exigências da sociedade em que vive. No entanto, é preciso compreender que tanto o ato de ler, quanto os signos que lhe são apresentados

e as temáticas que se encontram presentes no texto estão sujeitos a ideologia, sendo atravessados por ela. O pequeno leitor, no entanto, não pode ter consciência desse processo ao qual está submetido, de maneira que cabe aos professores e pais a tarefa de explicar-lhes detalhes sobre o próprio ato de leitura e sua função na sociedade em que está inserido.

5. Também é preciso reconhecer que há múltiplos e variados modos de se ler determinado texto, variando estas formas de acordo com os códigos, as linguagens, os suportes tecnológicos, a abordagem que lhe imprimimos, as informações ou o divertimento que buscamos em seu interior, de acordo com a função a que destinamos sua leitura.

6. Toda leitura causa um efeito sobre o leitor, seja de concordância, de discordância, de ceticismo, de aprendizagem, de recalque de idéias, etc. Assim, enquanto lemos estamos submissos às escolhas das publicações autorizadas pelas editoras, privilegiadas por certa crítica dita especializada no assunto, às intenções e persuasões dos autores, às intenções das instituições que cercam a nossa existência (escola, Igreja, indústria, governo, justiça, etc.), de maneira que apreenderemos em nossa vida os sentidos e significados que são mais interessantes para que nos adequemos à sociedade da maneira como ela está ou se apresenta em nosso momento histórico, à classe social à qual já pertencemos ou à comunidade com a qual nos reconhecemos.

Os conceitos que apreendemos por meio das leituras e de nossas próprias interpretações nos dão os sentidos para que possamos construir nossa própria identidade.

Como há vários modos de leitura, é possível dizer que eles organizam a relação dos leitores com o texto, por isso, é preciso considerar a leitura em relação a uma série de fatores.

Vejamos como cada modo de leitura organiza essa relação:

1. Relação do texto com o autor: o que o autor quis dizer?
2. Relação do texto com outros textos: em que este texto se aproxima ou se distancia de tal texto?

3. Relação do texto com sua referência; o que texto tal diz de x, y ou z?
4. Relação do texto com o leitor: o que você entendeu desse texto? Como entendeu?

5. Relação do texto com a pessoa que solicita a leitura (se para o professor)

o que significa mais nesse texto para o professor x, y ou z ou ainda o que significa w para o professor x, y ou z?

Desse modo, a concepção de leitura sob uma perspectiva discursiva, certamente, deverá ser a mais adequada para estudarmos seriamente uma língua; no nosso caso, a Língua Portuguesa.

A sala de aula, então, encontra-se como local privilegiado para os diversos tipos de leituras que deverão ser consideradas em seus conjuntos de enunciados, as quais, mais que prover a decodificação de marcas gráficas e o domínio de uma tecnologia (a escrita), manifestada pela leitura, consolida-se como o “lugar” em que se constroem visões de mundo e interioridades, subjetividades e, especialmente, identidades.

LEITURA DE TEXTOS E ATIVIDADES LÚDICAS

Afirma Gerald que, em relação ao texto, como objeto do ensino aprendizagem, ele sempre está presente. No significado que imprimimos ao texto como objeto de leitura na sala de aula, organizando um ambiente de interação verbal, em que o educando arrisca leituras e se expõe nas tarefas interativas, novas ideias vão sendo construídas. Assim, o contato com o texto escrito implica necessariamente a leitura. E a leitura em sala de aula pode funcionar como instrumento de brinquedo, o lúdico

A leitura, no espaço do lúdico, pode ser organizada, também, por meio da necessidade de “ler” as regras do jogo, de anotar os nomes e lê-los, dos alunos que conseguiram maior número de pontos em determinada atividade, pela necessidade de compreender uma manual de xadrez, por exemplo, entre outros tipos de textos que são necessários para que certos jogos sejam realizados e, ainda, instruções dos próprios jogos, que obrigam a performances como “pule duas casas”, em um jogo como “Banco Imobiliário”, por exemplo. Essas atividades lúdicas, que envolvem a leitura no brinquedo são responsáveis também pelo desenvolvimento linguístico e cognitivo dos educandos, inserindo-se no contexto da comunicação e de representação espaciais, temporais e gráficas, além das sensoriais e subjetivas.

Esse tipo de leitura possibilita o desenvolvimento de capacidades físicas, pois dão a oportunidade para expressar as emoções, utilizando o corpo e a mente seguramente, principalmente na realização de “performances” solicitadas pela leitura.

Em todas as sociedades, em todas as épocas, existem ou existiram múltiplos jogos que excitam as paixões humanas, bem como favorecem o pleno desenvolvimento do ser humano, principalmente da criança em fase escolar. Hoje, se faz necessário resgatar o caráter simbólico do homem, quanto à percepção consciente que se vê a cada dia, mais reprimido, enrijecido e massificado, onde todos correm em busca do poder aquisitivo, que leva à alienação do próprio processo de criação e simbolização do sujeito, em que as crianças não têm mais espaço para viver a infância de maneira plena e enriquecedora, onde a pedagogia tradicional limita-se a aprimorar e buscar o conhecimento (RAMOS, RIBEIRO e SANTOS, apud ROSA, 2004, p. 38).

Para Rosa (2004), a aprendizagem da criança, torna-se evidente quando ocorre uma transformação na mesma ação praticada, e, através do jogo, pode-se perceber isso com facilidade, pois é a imaginação em ação. A criança necessita de espaço, incentivo para trabalhar a construção do real pelo exercício da imaginação. Pois, toda criança precisa do meio físico e social, onde poderá construir seu próprio conhecimento mediante a ludicidade, enriquecendo o aprendizado. Precisamos ampliar o conceito da leitura na maioria das escolas com intuito de resgatar o direito de a criança obter uma educação de qualidade, respeitando o processo de construção do pensamento crítico.

Por intermédio das brincadeiras, do jogo simbólico, a criança cria circunstâncias e toma decisões para resolver seus próprios problemas. A leitura instrucional, que indica o sentido e o significado do jogo é motivadora para a criança, por isso, ela deve realizá-la sempre que for possível. O professor realiza a leitura somente no caso de as crianças não terem ainda condições de fazê-la. Mas o professor pode explicar os sentidos, caso elas não tenham compreendido as regras que foram lidas sobre o jogo. Também pode ajudá-los a ordenar a leitura a respeito dos pontos que cada um ou cada grupo de participantes do jogo acumulou em cada momento do jogo, ou em cada fase ou etapa.

É através de seu brinquedos e brincadeiras que a criança tem oportunidade de desenvolver um canal de comunicação, uma abertura para o diálogo com o mundo dos adultos, onde ela restabelece seu controle interior, sua auto-estima e desenvolve relações de confiança consigo mesma e com os outros (GABARDINO E COL., 1992, p. 12, apud. ROSA, 2004, p. 39).

Valorizando as leituras referentes às atividades lúdicas na escola, é possível perceber que a motivação e o incentivo à leitura terão seu espaço ampliado. Muitas crianças que ainda não estão aptas às leituras buscarão ler para poder entender o jogo, ou seja, suas regras, “como” se joga. Se o jogo envolver pequenos textos “instrucionais”, a tendência a interpretar a leitura será muito maior.

O ato de ler, associado ao prazer do jogo e da descoberta permitem que o aluno crie um vínculo de interesse e gosto pela leitura, a qual pode sempre vir acompanhada de palmas dos colegas ou de um grupo que assiste ao jogo.

A leitura, no entanto, não deve se restringir ao espaço da escola, pois ela pode ser exercitada o tempo todo, quando a criança ou educando se encontra em sua casa, lendo textos instrucionais para a mãe na hora de preparar a receita de um doce ou bolo, nas instruções de uma bula de remédio, na manchete de um jornal que o pai comprou para procurar trabalho, etc.

Além da casa da criança, os apelos para a leitura encontram-se em toda a parte: na rua, quando a criança toma um ônibus em companhia dos pais, e há um indicativo luminoso onde se lê o nome de destino, nas fachadas de lojas e nas placas dos carros, nas propagandas que são distribuídas em panfletos, e em vários outros meios de mensagens gráficas onde se encontra uma escrita pronta a ser lida.

Adriana Rosa, em seus estudos e pesquisas, argumenta sobre a importância de resgatar as brincadeiras e os brinquedos cantados que eram tão praticados nos tempos passados e sempre mantinha a criança cheia de ânimo e inspiração, o que movia e incentivava muitos momentos de aprendizagem. As letras das canções cantadas podem passar por um momento de leitura destes textos, os quais todas as crianças desejariam aprender para saber a letra da música e não se enganar na hora do canto. Além destes, o brinquedo com as advinhas pode ser feito com sorteio, que as crianças leem, perguntando as advinham umas às outras. Dessa maneira, incentiva-se a leitura e, ainda, ativa-se a memória das crianças, garantindo o ludismo e as matrizes culturais dessas tradições brasileiras. Um dos grandes problemas da sociedade contemporânea resulta na falta de tempo e de informações dos pais para realizarem tal resgate, quando relata que:

A autêntica atividade lúdica se dá quando a criança realiza uma ação subentendendo outra e manuseia um objeto subentendendo outro. A atividade lúdica tem um caráter semiótico (simbólico). Nessa fase da sua idade, o jogo auxilia a criança a descobrir as relações adultas, seus direitos e deveres, assumindo um determinado papel e agindo de acordo com ele [...] Se para a criança for dada possibilidade de “brincar” na sala de aula, entendendo esta ação como um ato educativo, ter-se-á no âmbito escolar o resgate da própria essência de interagir. No entanto, verifica-se que a prática pedagógica vem sendo direcionada apenas para o desenvolvimento cognitivo, em que a criança continua sentada, quando o universo que a cerca está cheio de informações, imagens virtuais, de possibilidades que estimulam o indivíduo presente no mundo, esquecendo-se de que é, por natureza, criativo, curioso, livre e que se relaciona com o mundo através das diversas formas de linguagem (ROSA, 2004, p. 57-58).

A leitura, então, acompanhada da atividade lúdica garante um certo tipo de leitura global, em que se lê o mundo, as formas culturais do contexto imediato, as identidades dos grupos aos quais pertencem as crianças, possibilitando que elas se tornem adultos sadios e interessados na leitura como um instrumento funcional, por meio da qual possam compreender o mundo e, lendo suas próprias escritas, informar a outros suas ideias, seus pensamentos e sentimentos.

OS DIVERSOS TIPOS DE LEITURA

Para Baldi 2009, diversos tipos de leitura podem ocorrer concomitantemente, de maneira que os alunos estão sempre envolvidos por uma grande variedade de leituras, simultaneamente. Algumas dessas modalidades possuem focos diferenciados, sendo realizadas em períodos outras continuam como tarefas estáveis. Todavia, todas são elaboradas e organizadas mediante orientações peculiares e construções planejadas dos professores, além de suas interferências didáticas, que se destacam:

A leitura diária, um tipo de leitura que deve ser cultuada já nas primeiras séries do ensino fundamental, deve organizar-se sobre o trabalho em conjunto com a Biblioteca da escola ou com a biblioteca municipal, caso a escola não disponha de uma. Nela, devem estar à disposição dos alunos, para empréstimos, os livros de interesse pessoal, os paradidáticos, entre outros que interessem aos alunos de cada uma das séries da escola. Assim, a criança tem a oportunidade de ler o que gosta.

O professor do ensino fundamental I ou II deve incluir em sua agenda de trabalhos, no seu plano semanal, pelo menos uma leitura de texto literário ou jornalístico que apresente informações interessantes ou histórias maravilhosas que as crianças gostem, incluindo o mágico e o fantástico, alimentando suas fantasias e imaginações.

O professor pode organizar uma sessão de divulgação dos livros que os alunos estejam lendo aos colegas, ou seja, um tipo de apresentação do livro, recomendando-o, ou não à leitura e, claro, dizendo por quê. Apresentar oralmente o livro significa não apenas tê-lo lido, mas principalmente entender como ele representa a realidade ou a fantasia.

Na Biblioteca, ainda deve encontrar-se disponível todo o material para leitura no sentido de produzir pesquisas. Assim, o aluno lê para refletir e produzir ideias e estratégias que possam levar a novas interpretações da realidade, por meio de produções culturais, artísticas e científicas. A produção da ciência encontra-se diretamente relacionada com a capacidade de leitura que o pesquisador faz do mundo quanto de todo o conhecimento já acumulado pela humanidade em sua área de pesquisa.

A leitura de um texto literário, escolhido pela equipe pedagógica, realizada pela professora em sala de aula para os alunos, de um texto literário escolhido pela equipe pedagógica, o qual deve estar num nível um pouco além do que os alunos teriam condições de ler sozinhos; é chamada de Leitura Socializada.

A leitura socializada pode ter frequência mensal, bimestral ou trimestral, de acordo com o volume do texto escolhido.

As partes de um livro ou capítulos lidos a cada dia podem ser previamente selecionados e organizados de modo a deixar sempre a classe na expectativa da continuidade da leitura;

Antes, durante ou depois da leitura, o professor pode propor algum comentário ou alguma discussão que mobilize os alunos para a leitura antes que ela se inicie, lembrando que nem sempre é preciso uma proposta mais formal de trabalho escolar a partir do texto, sendo até recomendável evitá-la.

Por outro lado, a leitura individualizada possui como procedimento a leitura realizada fora da escola, em ambiente que geralmente é a casa do educando, de um texto literário ou informativo, podendo ser instrucional, ou teatral, etc. A frequência deste tipo de leitura está relacionada à facilidade e velocidade de leitura de cada aluno, de maneira que uns irão realizá-la em alguns dias, enquanto outros levarão semanas. Por isso, a questão da obrigatoriedade desse tipo de leitura não deve incidir sobre todas as leituras realizadas pelo aluno, mas somente por algumas. Destas, será interessante que se faça o “reconto oral”, e, ainda a reescritura, de maneira que o aluno possa, posteriormente, ler o que ele mesmo escreveu sobre o livro. Também podem ser realizados Seminários sobre o(s) livro(s) lido(s), em que cada aluno se expressa a partir do texto trazendo suas impressões ou reflexões oralmente, por escrito ou através de linguagem plástica ou cênica.

O trabalho com a Unidade de leitura ou leitura mediada pode ser ativada mensal ou bimestralmente, a qual se organiza como: leitura em sala de aula, de um ou dois textos por semana, selecionados a partir de um determinado foco para o trimestre (um determinado autor escolhido, um gênero textual, uma temática etc.).

Nesse tipo de leitura, o foco do trabalho deve ser direcionado à interpretação e ao trabalho com a linguagem escrita, articulando diferentes possibilidades de leitura, como do tipo “segue” ou “continua”, além da leitura do texto integral em voz alta, para que todos possam acompanhar, e ampliando a capacidade de estabelecimento de relações e construção de sentidos.

Acreditamos que a biblioteca de uma escola deve ser um lugar especialmente cultuado por toda a sua comunidade. É interessante, para adquirir uma personalidade própria, que seja batizada, de preferência com o nome de algum autor com o qual os alunos e a comunidade tenham uma relação de proximidade, através da sua obra ou de algum contato prévio. Deve ter um acervo cuidado e atualizado, que incorpore sempre a literatura de melhor qualidade, bem como livros informativos, dicionários, enciclopédias, de encontros e reencontros, com seus autores ou textos preferidos, criando e mantendo uma relação de respeito e valorização pelo livro, pela leitura e pelo conhecimento em geral (BALDI, 2009, p. 17).

A escritora Lygia Bojunga, ao batizar uma biblioteca com seu nome, em 1994, disse algo que expressa o que também pensamos e queremos em relação ao espaço da biblioteca da escola:

Eu espero que este espaço dê prazer a muitos alunos, e que eles possam realmente ter no livro a alegria e o prazer, porque o livro, que antes de mais nada, é uma coisa prazerosa, né?... Que encarem o livro como uma obrigação, como uma tarefa, mas seria bom que os frequentadores deste espaço conseguissem encarar sempre o livro como uma curtição, que eles podem carregar para o resto da vida sem depender de ninguém, de mais nada – tão à mão sempre, tão fácil de pegar (...), de modo que este espaço possa iniciar este caminho pra muitos leitores” (BOJUNGA, 1994, apud BALDI, 2009, p.17).

Baldi reforça que o ingresso à biblioteca da escola não deve ser restrito, mesmo porque é neste ambiente que a criança próximo capítulo faremos um breve estudo sobre o prazer da Alfabetização através da ludicidade.

Para Cagliari, entende-se por leitura toda manifestação linguística que uma pessoa consegue realizar para reconstruir um pensamento criado por outra e exposto em forma de texto escrito, pois, uma leitura não pode ser apenas pensada em símbolos, e sim em diversas situações:

À tarde, regressava novamente à palestra para ter lições de Leitura e escrita. De regresso a casa, sempre acompanhado Pelo pedagogo, o rapaz estudava suas lições, fazia os trabalhos de casa, jantava e Uma leitura pode ser ouvida, vista ou falada. (COELHO, 1996)

A leitura falada é realizada não apenas por quem sabe ler, ela pode ser conduzida a outras pessoas, que conseguem ler o texto através da audição. Os momentos de contatos da criança com a leitura acontecem dessa forma, ou seja, observando e/ou manuseando materiais escritos e também apreciando leituras feitas pelos seus pais, na hora de dormir, ou em outros momentos oportunos. Quando a criança ouve histórias, ela está aprendendo a ler. Adquire certa paixão pelo mundo das letras. Para ela, é como se fosse um conto de fadas, como que as letras podem se juntar e terem tantos sentidos. Ouvir uma história lida ou contada parece ser diferente, mas há similaridades entre ambas as práticas conforme Cagliari, (2002):

A diferença entre ouvir a fala e ouvir a leitura está em que a fala é produzida espontaneamente, ao passo que a leitura é baseada num texto escrito, que tem características próprias diferentes da fala espontânea. Porém, foneticamente as duas atividades são muito semelhantes, com relação ao processamento. Muito do que se houve na televisão e no rádio são leituras. Uma criança que é muito exposta a essas manifestações tem grandes vantagens na escola sobre aquelas crianças que não têm a mesma chance na vida. Ouvir uma leitura equivale a ler com os olhos, a única diferença reside no canal pelo qual a leitura é conduzida do texto ao cérebro. Na nossa sociedade há muito preconceito com relação a isso (CAGLIARI, 2002, p. 155-156).

A nossa civilização por muito tempo se instituiu de obras escritas e da leitura silenciosa visual, resguardando-se por meio delas. Raros estabelecimentos, como os mosteiros, cultivam desde a antiguidade o costume de realizar leitura para o público, que se dava da seguinte maneira: uma pessoa lia para a comunidade.

Atualmente, até os versos e as poesias são lidas na solitude de cada ser e ninguém admira que uma forma linguística que surgiu para ser ouvida e divulgada por suas peculiaridades rítmicas e melódicas, não seja mais utilizada em sua perfeição.

LITERATURA: LEITURA PARA CRIANÇAS

Consideraremos aqui a literatura para crianças como o texto mais adequado para leitura, uma vez que traz divertimento ao leitor infantil e em fase de aprendizagem do sistema de escrita. Assim, é importante atentar para o fato de quem nem todo aquele que lê também é capaz de escrever, mas considerar que a facilidade na leitura conduz a uma maior facilidade na escrita. No entanto, não se aprende a ler para poder escrever, mas para poder desvendar o universo de narrativas e brincadeiras com a linguagem, característico do universo infantil, dentre os quais as narrativas que podem oferecer os suportes emocionais necessários à significação existencial das crianças, de acordo com os estudos de Bruno Bettelheim (1989).

A literatura infanto-juvenil traz para o universo da criança aquelas histórias que fazem os pequenos pensarem, refletirem, lembrar-se de outras histórias que trazem à tona as memórias, os questionamentos, as experiências características das crianças.

Os textos oferecidos para a leitura são de crucial importância no desenvolvimento pelo gosto pelo ato de ler, o mergulhar no universo da palavras. Assim, a ficção e, com ela, a magia e a fantasia constituem elementos importantes no desenvolvimento do gosto pela leitura.

O processo ficcional encontra-se associado à idéia de brincar, de brinquedo, porque o jogo está na origem do pensamento e da descoberta da criança por si mesma, o jogo cria a possibilidade de perceber os limites e, principalmente, de transpô-los. Quando a ficção se organiza como um jogo de palavras, a criança sente imenso prazer em desvendar esse universo que lhe parece divertido e engraçado.

Por outro lado, o universo da ficção é também um modo de expressão e de comunicação muito importante, pois pode expressar os aspectos mais íntimos de sua personalidade em formação, permitindo que interaja com outras crianças, desenvolva suas habilidades sensoriais e o seu pensamento.

Para Johan Huizinga, em seu livro *Homo ludens* (1938), o jogo é uma categoria essencial à vida, primária e tão essencial quanto a razão e o raciocínio

lógico (*homo sapiens*), o qual, de alguma maneira também colabora para que se ordene o que a sociedade capitalista espera do homem, que seja capaz de fazer, fabricar, criar, produzir (*homo faber*).

O que parece caracterizar a literatura infantil é a sua função simbólica e ainda sua capacidade de mobilizar a subjetividade da criança, despertando suas emoções e prazeres, colocando-o de forma indireta diante de seus medos, enfrentando seus temores e receios, dialogando com suas emoções, como um outro que dialoga com a subjetividade infantil.

Por outro lado, a literatura infantil traz com ela certos livros de teor didático e moralizante que procuram instruir, os quais não devem ser utilizados na fase inicial do aprendizado de leitura, pois a construção da moralidade não se aplica a crianças muito pequenas, antes a fase de formação desses conceitos surge muito mais tarde, na fase de construção das operações abstratas.

A leitura de livros que condigam com sua idade permite à criança um melhor domínio da linguagem, de maneira que se torne também um jogo do pensamento. Os jogos da linguagem pressupostos nos bons livros de literatura indicam à criança as formas de domínio sobre certos códigos e a ordenação do pensamento e suas abstrações. De acordo com Huizinga (2004, p. 7):

É a linguagem que lhe permite distinguir as coisas, defini-las e constatar-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por trás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza. (HUIZINGA, 2004, p. 7)

A criança, ao brincar com a linguagem, avança para etapas do raciocínio as quais ainda não atingiu, de uma forma natural, sem pressões exteriores, de maneira que ler torna-se para ela algo que faz parte de seu cotidiano de diversões e fantasias.

As fantasias e magias propostas em muitas das ficções infantis são capazes de trazer à realidade as formas imaginárias que já povoam a imaginação infantil. As literárias, no entanto, permitem-lhe um diálogo interior que as formas imaginárias o obrigam a realizar “sozinho”.

O mundo da fantasia e da magia desobriga a criança da dominação e da intervenção das normas convencionadas pelos adultos, de maneira que seu ser interior pode dar vazão aos sentimentos e emoções mais profundos sem sofrer os assédios que a moralidade dos adultos lhe impõe.

Nesse sentido, a criança tem como interesse o brincar com os ritmos, com as estruturas repetitivas, com os sons, com os significados diversos que talvez lhe pareçam estranhos, com os fatos e temáticas que fogem ao comum de seu cotidiano. Assim, o livro de literatura infantil produz muito mais na mente infantil do que os produtos que já trazem acabadas todas as imagens que poderiam ser produzidas nas mentes dos pequenos.

A audição ou a leitura de ficção é fator fundamental para que o indivíduo desenvolva a criatividade. Assim, a criatividade está diretamente relacionada à capacidade que o indivíduo, a criança, tem no desenvolvimento da imaginação quando pequeno. Essa capacidade de imaginar é que tornar-se-á a pedra-de-toque que, no futuro poderá determinar a possibilidade de criar, inventar, fazer do sujeito adulto. Assim, oferecer leitura que permita a imaginação da criança em seu fruir natural diante das experiências de brincadeiras infantis, significa garantir a sanidade mental do homem de amanhã. Dentre as brincadeiras, a brincadeira com as palavras.

Porém, nem todo livro de literatura infanto-juvenil é capaz de traduzir esse desejo ou necessidade da presença do lúdico em suas construções de sentidos. No entanto, cabe ao professor e também a toda equipe pedagógica da escola, bem como aos pais ou responsáveis pela criança, assegurarem-lhe o direito a uma literatura de qualidade. Já uma crítica literária, Nely Novaes Coelho definia como deveria ser uma literatura para crianças:

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura. Ou melhor, é arte. Fenômeno da criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização (...)(COELHO, 1996)

Há um outro fator ainda mais problemático e que deve ser considerado agora no universo da leitura e da escrita: a mudança de paradigma.

Da mesma forma como as escritas cuneiformes foram, ao longo do tempo sendo suportadas sobre diferentes materiais: barro, lâminas, madeiras, etc., até o surgimento do papiro, também o papiro em algum momento foi substituído pelo papel, de maneira que a escrita foi registrada em papel, até que em nossos dias conhecemos livros muito coloridos, com gravuras gigantes e de tamanhos variados.

O livro, no entanto, passa agora por uma nova remodelação em relação ao seu suporte físico, de maneira que as histórias agora são marcadas pelos pontos luminosos. Mas as inovações não param por aí, pois há os recursos multimídia que estão inclusos nos livros hipermidiáticos.

Tablets funcionais já são os preferidos pelas crianças das capitais que sonham em ter um para poder ler e projetar os textos que melhor lhes convierem, os quais são levados em suas mochilas para as escolas. Por outro lado, a invasão das tecnologias no meio estudantil garante ainda a leitura para certas camadas sociais, enquanto outras ainda se encontram destituídas desses prazeres e avanços.

Os novos meios de comunicação tornaram o modo de produção de textos algo muito diferente do que os livros escritos a mão e lidos pacientemente. A pressa na produção da informação conduz a erros lastimáveis, e, muitas vezes, de certa gravidade. Como, então, produzir homens capazes de ler e produzir textos adequados em um mundo em que a velocidade da máquina ultrapassa em muito a capacidade não de raciocínio, mas de reflexão do ser humano?

Assim, se a produção da informação exige que se proceda com rapidez, a recepção da informação também exige que o leitor se resuma a textos curtos. Portanto, somente a infância possui disponível um tempo que o capitalismo não lhe cobra, pois não é interessante a ela. O leitor desse mundo da velocidade também agora tem outras maneiras e modos de proceder.

O avanço tecnológico dos meios de comunicação atingiu também o livro de papel, impresso e acabou gerando um leitor mais informado, porém, pouco reflexivo e com informações mais superficiais, uma vez que não dispõe de tempo para ler com mais cuidado. Entre estes leitores estão os jovens em formação, os

alunos que compõem o público dos professores formados em Língua Portuguesa e também outras disciplinas. Mas são os professores que vão ensinar a eles o processo de leitura, ou levar adiante suas leituras a partir do ponto em que se encontrem.

A qualidade técnica dos produtos, tanto quanto os seus conteúdos, são cotejados, são comparados, são avaliados o tempo todo por esse receptor do novo século que já não se deixa enganar. Ele muda de canal quando o programa de rádio ou de TV está excessivamente chato, verborrágico, desagradável, agressivo, falso etc.,. Este é o seu modo de punir a informação de má qualidade.

Se analisarmos, como já tem sido feito por alguns estudiosos, como se processam os novos modos de leitura desses leitores virtuais, perceberemos que ele consome muito mais informação, porém é tão imprevisível quanto seu curso de leitura, que já não se faz da esquerda para a direita e de cima para baixo, como se fazia tradicionalmente, antes do advento da Internet. Já não se trata do mesmo modo de leitura que aprendemos no mundo ocidental há alguns anos atrás.

No texto verbal, ele primeiro busca os elementos visuais que o “aproximam” da leitura, tais como retrancas, títulos, linhas finas, janelas, legendas, infográficos, fotos etc. Só depois começa a leitura, muitas vezes lendo pedaços alternados da notícia, nem sempre pelo parágrafo inicial, em busca da essência informativa, na pressa de apenas checar o que já viu em outro veículo, para confirmar a informação ou para ter algum detalhe adicional, num tipo de “leitura complementar”.

Um detalhe muito importante é que ele não busca inicialmente o símbolo, ou seja, o signo linguístico, mas a imagem, o ícone, e, se possível o índice, para somente no momento posterior passar ao signo linguístico. Faz agora, no percurso da leitura, o percurso inverso que fez o *homo sapiens* durante milênios de anos, partindo do ícone em direção ao símbolo ideográfico, silábico ou fonético para registrar sua língua.

A análise semiótica de imagens já constatou, também, que o olhar do receptor já não penetra a imagem de forma linear, mas através de “linhas de força” que conduzem a leitura através do contraste de cores e luzes, ora puxando o olhar para dentro da foto, ora empurrando-o para fora.

Como se pode perceber, os contextos de produção, emissão e recepção dos textos, sejam literários ou informativos já não são os mesmos. As novas tecnologias exigem dos escritores uma atualização constante do modo de ver, captar, codificar e produzir os textos, bem como dos professores em escolhê-los, selecioná-los, interpretá-los para mediar a aprendizagem dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é nada fácil encontrar uma definição acabada para a aprendizagem que abarque tudo que a invade no caminho do aprender. Pois, não é exclusivamente um artifício de princípio e término de conhecimentos. O exercício da aprendizagem que integra a inteligência humana. Sendo assim, podemos afirmar que é um processo, neuropsicognitivo que acontecerá num certo período histórico, numa determinada sociedade, investida de uma cultura particular.

Aprender exige um artifício complicado que apresenta obstáculos e inibições em toda a espécie humana. É essencial que, quando aparece uma desordem, não o consideremos como uma dificuldade, prevenir a consciência da doença. Devemos nos unir às famílias, para conseguirmos realizar um trabalho repleto de atividades prazerosas que façam com que os alunos sintam-se motivados a seguirem em busca do aprendizado sem se preocuparem com os possíveis obstáculos que surgirão.

Abordamos também, os diferentes tipos de leitura que acontecem concomitantemente, de modo que os alunos estejam ininterruptamente envolvidos com uma grande variedade de leitura respectivamente, assim como a literatura infanto-juvenil que traduz para o mundo da criança as histórias que fazem-no refletir, recordarem-se de outras histórias que mencionam os questionamentos, os experimentos simbólicos das crianças.

A nossa cultura atualmente se estabeleceu de produtos escritos e da leitura visual. São poucas as instituições, que desenvolvem o hábito de praticar a leitura para o público. Muitas vezes era escolhido uma pessoa a para a comunidade. Atualmente até os versos e as poesias são lidas na solitude de cada ser e ninguém admira que uma forma linguística que surgiu para ser ouvida e divulgada por suas peculiaridades rítmicas e melódicas, não seja mais utilizada em sua perfeição.

Acredita-se que uma das melhores atividades que devemos realizar com nossos alunos é a leitura, pois, através desta prática as demais seguem com sucesso desejado. Penso que a leitura seja até mais importante que a escrita, apesar de que ambas caminham juntas. Saber ler é uma grande conquista para todos os leitores independente da faixa etária. Já a escrita para mim é vista como uma prática de desenhar as letras, palavras, os textos e os demais símbolos. Algo menos difícil que a leitura. Ficamos emocionados quando percebemos que nossos filhos e alunos já estão viajando no mundo da leitura o que em alguns casos, os pais ou familiares não dão muita importância e, nem sabem que turma seu filho frequenta, que fase/ciclo e nem quem é o professor que atua diariamente com a criança. Entretanto, todas as atividades realizadas no cotidiano do aluno estão ligadas a leitura, mesmo que não perceba.

Em se tratando de leitura, é imprescindível sabermos primeiramente sobre _ “O que é leitura?”; _ “Que tipo de leitores queremos formar?”, etc. Precisamos saber ler e interpretar, praticar a leitura e mundo, aquela que inicia-se no berço e só finaliza quando morremos. Este tipo de leitura procede a leitura mecânica, e deve fazer parte da nossa vida e da vida de nosso educando, familiares e de toda comunidade.

Contar histórias também é uma prática muito gostosa e gratificante. Um bom contador de histórias, sabe cativar sua turma e deixá-la boquiaberta de tanta admiração pelo fato que está ouvindo. É comum as crianças que apreciam este tipo de atividade, pensar que o fato é real, que os personagens das histórias são verdadeiros e que estavam ali no momento do conto. Isso é muito emocionante. Levar nossos pequeninos a viajarem no mundo da fantasia sem muito esforço é nosso dever como educadores.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALVES, Selmo. **Práticas de Leituras**, disponível em: <http://www.artigonal.com/linguas-artigos/praticas-de-leitura-e-producao-de-textos-no-ambiente-escolar-algumas-possibilidades> acessado em: 18/11/11 às 14:4.

Bacilli, Elaine Barli. Revista Nova Escola ano XXVI. Nº 239. **Alfabetização /Desafios Diários de Leitura e Escrita**. Janeiro/fevereiro 2011).

BALDI, Elizabeth. **Leitura nas séries iniciais: uma proposta para formação de leitores de literatura**./Elizabeth Baldi.- Porto Alegre: Projeto, 2009.

BENCINI, Roberta. **Todas as Leituras**/Roberta Bencini. Revista Nova Escola: ano XXI. Nº 194. Agosto de 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**/Luiz Carlos Cagliari. (Pensamento e Ação no Magistério). São Paulo: Scipione, 2002.

_____. **Alfabetização & Linguística**/Luiz Carlos Cagliari. (coleção e ação na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2009).

CUNHA, Geremias Dourado da: Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/breve-historia-da-leitura-e-da-escrita> acesso em 21/09/11 às 10h51min.

DUARTE, Aneilza Santos . **A Música no Contexto Lúdico e a sua Importância na Formação e Alfabetização da Criança**/Aneilza Santos Duarte. AJES,Juina 2005.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre R.S: Artes Médicas Sul, 1999.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**/João Wanderley Geraldi – 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997. –(Texto e linguagem).

J. Wanderley Geraldi e Beatriz Citelli. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado. **Dificuldades de Aprendizagem: Detecção e Estratégias de Ajuda**. São Paulo, SP: Cultural, S.A, 2009.

Pinel,Hiran. **EDUC(AÇÃO) SOCIAL (DE RUA): O QUE É?**/Hiran Pinel,Jacyara Silva Paiva, Paulo Roque Colodete: Disponível em:<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp> (Acessado 04/11/11 às 14:00).

ROSA, Adriana (organizadora): **Lúdico e Alfabetização**/Adriana Rosa. Lúdico & Alfabetização. Curitiba: Juruá, 2004.